

Análise da documentação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina - DEIP/SC (1942-1945)

ELISA FREITAS SCHEMES*

O presente artigo propõe apresentar aspectos da documentação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina (DEIP/SC) no período compreendido entre abril de 1942 e setembro de 1945, com o intuito de divulgar essa fonte aos pesquisadores, apresentada em nove eixos temáticos, com destaque para a Política de Boa Vizinhança, tema que investigo atualmente em minha dissertação de mestrado.

Os dados sistematizados derivam de uma pesquisa realizada a partir da cooperação entre dois projetos: *O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina – DEIP/SC, 1942-1945*, e *A ‘Corte Celeste’ de Barra Velha e os ‘fanáticos’ de Joinville: levantamento de fontes sobre movimentos messiânicos no litoral norte de Santa Catarina (1920-1945)*, desenvolvidos no âmbito do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura (LabHSTC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A cooperação se justificava pelo fato de ambas as pesquisas terem como proposta a análise do conjunto de documentação do DEIP/SC. O primeiro projeto foi desenvolvido pelas bolsistas Daiana Castoldi Lencina e Margareth Victória Kolb, sob orientação do Prof.º Adriano Luiz Duarte, e o segundo, por esta autora, sob orientação do Prof.º Paulo Pinheiro Machado.

A pesquisa focalizou a leitura, fichamento, digitalização e análise dos Cadernos de Expedientes do (DEIP/SC). As informações foram organizadas em nove eixos temáticos: Propaganda do Regime, Radiodifusão, Diversões públicas, Etnias, Política de Boa Vizinhança, Notícias proibidas, (assuntos) Diversos, Imprensa e Guerra.

Como resultados dessa etapa da pesquisa, as bolsistas organizaram em CDs os fichamentos e as fotografias dos ofícios selecionados, de acordo com os eixos temáticos e os trimestres. Esse material encontra-se para consulta sob responsabilidade dos

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Linha Trabalho Sociedade e Cultura. Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte. Bolsista CNPq.

professores Adriano L. Duarte e Paulo P. Machado no LabHSTC. Os Cadernos de Expedientes do DEIP/SC estão disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Diretamente subordinado ao Presidente da República, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado pelo decreto-lei presidencial n.º 1.915 de 27 de dezembro de 1939. Suas finalidades foram estabelecidas pelo artigo segundo:

a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional;

b) superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo;

c) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei;

d) estimular a produção de filmes nacionais;

e) classificar os filmes educativos e os nacionais para concessão de prêmios e favores;

f) sugerir ao Governo a isenção ou redução de impostos e taxas federais para os filmes educativos e de propaganda, bem como a concessão de idênticos favores para transporte dos mesmos filmes;

g) conceder, para os referidos filmes outras vantagens que estiverem em sua alçada;

h) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos ao sentido de maior aproximação da mesma com fatos que se liguem aos interesses nacionais;

i) colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país;

j) promover intercâmbios com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros;

l) estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas e intelectuais brasileiros, no sentido de incentivar uma arte e uma literatura genuinamente brasileiras, podendo, para isso, estabelecer e conceder prêmios;

m) incentivar a tradução de livros de autores brasileiros;

n) proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral;

o) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições demonstrativas das atividades do Governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras;

p) organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial do Governo;

q) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos.

Segundo Silvana Goulart, o DIP foi o órgão responsável pela centralização e coordenação da comunicação social do Estado Novo. “Através do DIP – agência governamental – o Estado veiculava seu projeto político-ideológico, procurando firmá-lo como socialmente dominante”. A imprensa e o rádio foram os veículos mais amplamente usados “devido à sua grande penetração e alcance público”. (GOULART, 1990:17,19).

Foram diretores gerais do DIP: Lourival Fontes (1939-1942), o Major Coelho dos Reis (1942-1943) e o Capitão Almícar Dutra de Menezes (1943-1945). (GOULART, 1990:62).

Conforme previa o artigo terceiro do decreto da sua criação, o órgão estava estruturado em:

- a) *Divisão de Divulgação;*
- b) *Divisão de Rádio-difusão;*
- c) *Divisão de Cinema e Teatro;*
- d) *Divisão de Turismo;*
- e) *Divisão de Imprensa;*
- f) *Serviços Auxiliares, que são os de Comunicações, Contabilidade e Tesouraria Material, Filmoteca. Discoteca, Biblioteca.*

Com o intuito de projetar a ação do DIP nos Estados foram criados os DEIPs, contando com a cooperação dos governos estaduais. “Os DEIPs eram a expressão do pensamento governista e portanto, intérpretes do Estado Nacional”. (GOULART, 1990:77).

Pelo decreto-lei n.º 7.582, de 25 de maio de 1945 o DIP foi extinto e criou-se o Departamento Nacional de Informação (DNI), este diretamente subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. No mesmo decreto, os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP) foram extintos e passaram a reger-se, sob a denominação de Departamentos Estaduais de Informações (DEI).

Os DEIPs foram estabelecidos pelo Decreto-lei n.º 2557 de 04 de setembro de 1940, o qual dispunha sobre suas funções:

Art. 1º As funções do Departamento de Imprensa e Propaganda serão exercidas nos Estados com a cooperação dos respectivos governos.

Art. 2º Ficam subordinados ao Departamento, do ponto de vista da orientação técnica e doutrinária, todos os serviços estaduais atinentes à imprensa, rádio-difusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo.

Art. 3º Sob a denominação de Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda as administrações estaduais deverão reunir em uma só

repartição a ser criada, os serviços relativos à imprensa, rádio-difusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo.

Art. 4º Os departamentos estaduais e municipais de propaganda serão organizados de acordo com as normas prescritas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, que os orientará, inclusive quanto a autorizações de serviços remunerados.

Art. 5º O exercício dos responsáveis pelos serviços estaduais ou municipais a que se refere esta lei depende da autorização do Presidente da República.

Art. 6º O Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, sempre que for necessário, baixará instruções para cumprimento deste decreto-lei.

Em Santa Catarina o DEIP foi criado pelo decreto-lei Estadual n.º 543 de maio de 1941 e suas atribuições dispostas pelo decreto-lei Estadual n.º 996 de 1941. (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1941:304-305, 378-380). Contudo, a documentação localizada principia em abril de 1942, pondo em dúvida quando o departamento realmente passou a funcionar ou se a documentação anterior foi perdida.

O DEIP de Santa Catarina ocupava o primeiro e o segundo andar de um prédio na rua Trajano n.º 14, esquina com a rua Felipe Schmidt, no centro de Florianópolis. (FREIRE, 2000:13). O jornalista Gustavo Neves era o Diretor Geral deste departamento, sendo substituído entre 19 novembro e 10 de dezembro de 1943, em suas férias, pelo Jornalista Tito Carvalho; este pediu exoneração do DEIP em outubro de 1944. Um quadro de férias dos funcionários em dezembro de 1944 nos informa algumas pessoas que trabalharam no órgão: Alexandre Nogueira Mimoso Ruiz (Assistente – também aparece como Redator em alguns ofícios); Osmarina Stuart (Escriturária), Martinho de Haro (Pintor Artístico); João Frainer (Encarregado do Serviço); Ivo Serrão Vieira (Locutor); Edmundo Pereira Santos (Auxiliar de Escritório); João Pio Pereira (Auxiliar). (EXPEDIENTE DO “DEIP” 4º Trim. 1943 e 4º Trim. 1944).

Uma das primeiras perguntas ao tomar contato com os ofícios foi como ler essa vasta documentação produzida há seis décadas com finalidades específicas dentro de um momento peculiar do processo histórico. Para tanto, foi necessário compreender a sua finalidade e a sua trajetória. A maior parte do corpus é constituída de cópias dos ofícios enviados pelo Diretor do DEIP/SC, Gustavo Neves, ao Interventor Federal de SC, Nereu Ramos. Entre elas há muitas cópias de telegramas, de notícias e alguns recortes de jornal.

Posteriormente, esses ofícios foram rearranjados, agrupados por trimestre e encadernados em 14 volumes de capa dura, com dimensões de aproximadamente 32,5 x

22 cm, identificados na lombada em couro vermelho como “Expedientes do DEIP”, seguido pelo respectivo trimestre e pela inscrição “Palácio do Governo”. Alguns cadernos reúnem até em torno de 800 páginas, numeradas a lápis, provavelmente feitas por funcionários do Arquivo no momento de seu rearranjo. O estado de conservação do material é no geral bom, contudo a forma como foi encadernado dificulta a leitura e digitalização de alguns documentos.

A compreensão de alguns ofícios torna-se limitada quando não é possível localizar os anexos a que fazem referência ou quando se trata de uma resposta a um documento desconhecido. Outros apontam para pesquisas em demais fontes, para que se possa apreender seu sentido.

Uma breve exemplificação do que foi localizado a partir dos eixos temáticos demonstra a riqueza dessa fonte para o estudo da história e aponta para uma miríade de temas de pesquisa.

Propaganda do regime: aparece através da divulgação da imagem de Getúlio Vargas, e, em Santa Catarina, do interventor Nereu Ramos. Ganham destaque as notícias sobre as realizações do governo, concursos e eventos promovidos, comemora-se o aniversário do grande estadista, retratos seus são distribuídos. Ao lado da exaltação a Vargas, celebra-se o nacionalismo. Finda a Segunda Guerra Mundial, um telegrama de nove de maio de 1945 destinado à Agência Nacional no Rio de Janeiro, informa que as comemorações em Florianópolis vinculavam a vitória a Vargas:

...nome presidente Getulio Vargas provoca delirantes aclamações de apreço et estima vg sendo repetidamente lembrado como condutor do Brasil ah vitória pt ontem pela manham houve concentração et desfile estudantes empunhando pavilhões nações unidas et centenas bandeiras nacionais pt discursaram alunos et professores vg tendo sido solicitado a falar interventor Nereu Ramos proferiu vibrante improviso exalçando feitos exercitos democraticos inclusive Força Expedicionária Brasileira et sugerindo significação da paz agora alcançada com vitoria armas aliadas pt referiuse personalidade presidente Getulio Vargas de quem disse foi o grande chefe que promoveu gloriosa presença nosso exercito nos campos de luta vg sendo assim condutor do Brasil ah vitoria...[sic]

As comemorações ao quinto aniversário do Estado Novo, em cinco de novembro de 1942, tornavam-se um momento oportuno para a exaltação da personalidade de Vargas, da Bandeira Nacional e da unidade:

O quinto aniversário do Estado Novo será brilhantemente comemorado nesta capital. As comemorações terão início no dia 9 do corrente, com preleções sobre a personalidade ilustre do Presidente Getúlio Vargas e as vitoriosas conquistas resultantes do Estado Novo.

No dia 10, a Bandeira Nacional será solenemente hasteada nas repartições públicas, realizando-se às 9 horas um grande desfile escolar. Às 17,30 horas o sr. Dr. Severino Alves Pedrosa, fará no teatro “Álvaro de Carvalho”, uma conferência subordinada ao tema “Unidade Política”. Às 18,30, a banda de música do 14 Batalhão de Caçadores, fará retreta, no jardim da Praça 15 de Novembro

De 11 a 19 serão realizadas conferências sobre os temas: “Unidade Geográfica”, “Unidade Histórica”, “Unidade Moral e Social”, “Unidade Étnica”, “Unidade Cultural”, “Unidade Econômica e Financeira”, “Unidade Jurídica”, “Unidade Americana” e “Unidade Patriótica”, respectivamente pelos srs. Tenente Osmar Romão da Silva, Capitão Conceição N. Miranda, Bispo Dom Pio de Freitas, Dr. Virgílio Gualberto, Carlos da Costa Pereira, Professor Orlando Brasil, Desembargador Gil Costa, Dr. Hercílio Medeiros e Dr. Rubens Ramos. [sic]

Rádiodifusão: abrange o processo de instalação, registro e até cassação de rádios e alto-falantes (previstos no decreto-lei n. 1.949 – de 30 de dezembro de 1939), a programação veiculada (previamente censurada), a aquisição de aparelhos do DEIP/SC para veicular a propaganda do regime, entre outros assuntos.

Em ofício enviado ao Diretor do DEIP/SC em 1º de agosto de 1944, o diretor da Rádio Cultura de Blumenau, informa a programação diária:

Senhor Diretor,

Atendendo à solicitação expressa em seu ofício n.º 260, datado de 20 de julho do último, tenho a honra de informar que a “Rádio Cultura”, emissora estabelecida em Blumenau, além dos programas constantes de gravações musicais, irradia diariamente:

- a) “Santa Catarina em Revista”: programa destinado a divulgação dos atos oficiais e crônicas fornecidas pelo Dip.;*
 - b) “Comentário Desportivo”: Crônicas fornecidas pelo Dip e “Coordenador of Inter-American Affaires;*
 - c) Noticiário: Telegramas fornecidos pela Agência Nacional.*
- 2. Quinzenalmente é irradiada uma peça teatral de ator brasileiro, por componentes da Sociedade de Amadores de Teatro de Blumenau...[sic]*

Devido a sucessivos descumprimentos das exigências de aprovação e pagamento do selo da programação, o Diretor do DEIP/SC enviou ao gerente da Empresa Guarujá de Florianópolis o seguinte ofício, em 31 de dezembro de 1943:

Senhor Gerente:

Não tendo essa Empresa submetido à aprovação deste Departamento, conforma determina a lei, os programas das irradiações de ontem e de hoje, e em face de antecedentes que exigem de nossa parte providências acauteladoras da legislação em vigor, deveis, logo após a recepção deste, suspender as transmissões. [sic]

Diversões públicas: abarcam tanto a censura quanto o incentivo para as programações de cinema, peças de teatro, apresentações de circo, exposições de arte e outros eventos culturais. Em muitos casos, estavam diretamente relacionadas à propaganda do regime.

Em uma exposição de pintura, no início de outubro de 1943, o artista catarinense Willy Zumblick, reúne pinturas em homenagem ao Interventor Nereu Ramos:

...Willy reúne os melhores quadros que vem pintando e vai expô-los nesta capital, dentro de breves dias, no salão da Associação Catarinense de Imprensa, em homenagem ao sr. dr. Nereu Ramos, Interventor Federal. [sic]

Durante os festejos de carnaval do ano de 1944, o Delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina, o Capitão Antônio de Lara Ribas, baixou um edital referente aos folguedos carnavalescos, proibindo:

- a) *bailes públicos;*
- b) *uso de máscaras e meias-máscaras, podendo estas últimas serem usadas em clubes, sob a responsabilidade das respectivas diretorias;*
- c) *saída à rua dos súditos do “eixo” nos dias de carnaval, entre às 18 horas do dia 19 e as 6 horas do dia 23 de fevereiro próximo vindouro, salvo licença especial das autoridades competentes, que só atenderão os casos de molestia ou de outras necessidades inadiáveis. [sic]*

Etnias: esse é um tema muito caro a Santa Catarina. A política nacionalista do governo de Getúlio Vargas e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial geraram situações de insegurança e conflito no Estado. Devido ao processo de colonização iniciado no século XIX, havia em Santa Catarina uma grande concentração de imigrantes e descendentes de alemães e italianos, que seriam atingidos pelos decretos varguistas de proibição do uso de qualquer outra língua que não fosse português, controle sobre a abertura de firmas estrangeiras no país, nacionalização das escolas, controle sobre os estrangeiros que entrassem em território nacional, proibição de atividades de natureza política a estrangeiros, regulamentação de sua expulsão por motivos de segurança nacional, entre outras determinações. (FÁVERI, 2005).

Esse eixo temático inclui notícias sobre o prazo para o registro de estrangeiros, informações sobre imigrantes residentes do Estado e o que mais estivesse relacionado aos países do Eixo.

Um ofício de 6 de julho de 1942, enviado pelo Diretor do DEIP ao Delegado de Ordem Política e Social, o Capitão Antonio de Lara Ribas, pede informações a respeito de um pintor alemão em Santa Catarina:

*Senhor Delegado,
Tendo comparecido neste Departamento o pintor de nacionalidade alemã Gottfried Egger, residente nesta capital, há mais de um ano, Á rua Conselheiro Mafra, nº 73 solicitando permissão para pintar vários edifícios e paisagens do nosso Estado, venho rogar a V. S. se digne informar-me se algo consta a respeito do mesmo nessa Delegacia, que o iniba de ser atendido na sua solicitação...[sic]*

Bem mais grave foi o caso do pastor Werner Anderson, cujo caso foi julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional. A documentação do DEIP/SC traz uma pequena nota, fornecida pela Agência Nacional em 14 de outubro de 1944:

*Foi julgado no Tribunal de Segurança Nacional, em audiência presidida pelo Ministro Teodoro Pacheco, o pastor Werner Anderson, de nacionalidade alemã, residente em Santa Catarina e denunciado por ter ministrado ensinamentos religiosos em língua germânica inclusive a menores.
[trecho ilegível] classificação do delito constava, ainda, ter o reu tratado de assuntos políticos no [trecho ilegível] da própria igreja, incorrendo assim na sanção do artigo 31 de decreto-lei 4.766.
[trecho ilegível] depois dos debates, foi o pastor condenado a um ano de reclusão, grau mínimo daquele [trecho ilegível] legal. [sic]*

Política de Boa Vizinhança: essa expressão foi cunhada para identificar as relações exteriores dos Estados Unidos direcionada aos demais países do continente americano durante a Segunda Guerra. Porém, no fichamento dos Cadernos de Expediente do DEIP foram incluídas também nessa categoria notas que tratassem das relações do Brasil com outros países. São noticiadas as visitas de embaixadores, cônsules e demais personalidades estrangeiras e celebrações de datas dos países com os quais o Brasil mantinha relações.

Em virtude da Grande Depressão e da deflagração da Segunda Guerra Mundial, a década de 1940 se configurou como um momento de reformulação nas relações do continente americano, que ficou conhecida como Política de Boa Vizinhança: os Estados Unidos projetaram “uma aproximação com a América Latina que envolvia projetos de intercâmbio cultural e científico, financiados tanto pelo governo quanto por organizações privadas, como a Fundação Rockefeller” (AZEVEDO, 2003: 189)

Em 16 de agosto de 1940, foi criado pelo governo Roosevelt o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), com o objetivo de dirigir as relações econômicas e culturais entre os Estados Unidos e a América Latina. No Brasil, o OCIAA foi dirigido por Berent Friele – que contava com amplo apoio da Embaixada estadunidense no Rio de Janeiro e de um Comitê de Coordenação formado por empresários. Também em São Paulo, dada sua importância, havia uma agência e Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre contavam com subcomitês de apoio. (MOURA, 1991: 17, 31, 32).

Em Florianópolis, além do escritório regional do Office, encontram-se referências ao Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU) e aos cônsules dos Estados Unidos, Reginald Kazanjian e Preston Rambo.

Nesse contexto de intercâmbio cultural e científico, pesquiso a trajetória de Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978) – médico, também historiador autodidata, antropólogo folclorista, político, pintor e poeta” catarinense. (SOUZA, 1993:17) Em 1943, o Cônsul dos Estados Unidos da América em Florianópolis, Reginald Kazanjian, convidou em nome das Relações Culturais do Departamento de Estado, Oswaldo Cabral a realizar uma viagem pelos Estados Unidos, com todos os “meios necessários e todas as facilidades para uma agradável e proveitosa estada no país” (CABRAL, 1944: 13).

Após o retorno, Cabral preparou um livro narrando a viagem, publicado em 1944, sob o título de *Terra da Liberdade: impressões da América*. O livro relata as visitas a museus, bibliotecas, arquivos, pontos turísticos, observações sobre o modo de vida dos americanos (muitas vezes em comparação ao do brasileiro, num exercício de alteridade) e encontro com personalidades (como Walt Disney). Cabral observa a situação das mulheres, o preconceito dirigido aos negros, responde questões de interlocutores a respeito do governo brasileiro e da presença de alemães em Santa Catarina, entre outros apontamentos.

No momento, estou pesquisando as correspondências recebidas pelo autor a respeito dessa obra, além de matérias de jornal comentando o livro.

Os ofícios do DEIP/SC foram a porta de entrada para que eu pudesse começar a compreender a Política de Boa Vizinhança em SC. Um telegrama de cinco de julho de

1943, enviado pelo Diretor do DEIP/SC ao jornal A Notícia, de Joinvile, relata um jantar oferecido pelo Cônsul dos Estados Unidos, Preston Rambo:

Comemorando data independência norteamericana Consul a ofereceram ahs autoridades et sociedade local recepção ontem vg insede Instituto Brasil Estadunidos vg tendo comparecido doutor Ivo de Aquino Interventor interino et senhora vg bem como onisecretariado...[sic]

A visita do Embaixador da Grã-Bretanha ao Brasil em maio de 1943 gerou inúmeras notícias nos meios de comunicação:

Espetáculo imponente foi semduvida chegada aquih ilustre Embaixador Granbretanha Noel Charles oferecendo testemunho irretorquível sentimento catarinense noque concerne solidariedade vincula catarinenses para defeza nações civilizadas contra desordenadas et criminosas ambições totalitárias...[sic]

Notícias proibidas: a proibição em anunciar algumas notícias estava sobretudo relacionada ao contexto da guerra. Era proibido publicar a respeito da movimentação das tropas, naufrágios, movimento de navios mercantes, surtos de doenças, desastres ou acidentes de avião. Em 22 de maio de 1942 foi encaminhada pelo DIP uma lista de instruções que o DEIP deveria repassar aos jornais do estado.

Segue um ofício do DEIP/SC ao Diretor do Jornal O Estado, em 1º de junho de 1942:

*Senhor Diretor,
Para conhecimento de V. S. devidos fins, transcrevo o telegrama reservado urgentissimo, que acabo de receber da Diretoria geral do Dip:
- “Com referência ação contra submarinhos eixistas solicito providencia sentido proibição total da divulgação de qualquer noticiario com excepção da nota oficial. Outrossim quaisquer outras ocorrencias em águas brasileiras não devem ter divulgação antes da nota oficial sobre o assunto. (a) Lourival Fontes, Diretor geral Dip.”[sic]*

Diversos: esse item surgiu da necessidade de incluir ofícios, notícias e telegramas nem sempre ligados diretamente aos outros temas, mas que foram julgados relevantes. Trata-se de um item muito amplo, que pode abranger a campanha da borracha, o racionamento de determinados alimentos e ocorrências do cotidiano.

Em meados de fevereiro de 1944, espalhou-se um boato de que haveria um surto de gripe na localidade Pântano do Sul, em Florianópolis:

...foi constatada a existência de alguns casos de gripe, não obstante o caráter benigno da moléstia, sem óbito algum até a presente data, o Departamento de Saúde fez seguir para o Pântano do Sul a devida assistência clínica e medicamentos à população. [sic]

Imprensa: esse eixo foi incluído no decorrer da pesquisa para abarcar assuntos que tratam da relação do DEIP/SC com a imprensa, como se desenrolava a comunicação social no Estado, a provisão de material, as notícias pagas para publicação etc.

Como por exemplo, o ofício a seguir trata do pagamento ao diretor do jornal “Barriga Verde” de Canoinhas, em 13 de dezembro de 1943:

...se digne mandar pagar ao sr. Albino Budant, diretor do jornal “Barriga Verde”, de Canoinhas, por intermédio da Coletoria daquela cidade, a importância de Cr\$3.000,00, proveniente de publicações feitas no interesse do Estado...[sic]

Guerra: esse item também foi elencado durante o desenvolvimento da pesquisa devido ao grande volume de notícias sobre a guerra. Boa parte das notícias era encaminhada pela Agência Nacional para serem publicadas nos jornais locais. Foram selecionadas também notas que falassem sobre como a população de Santa Catarina lidava com a situação da guerra, como o convite a seguir, de agosto de 1944:

Convite
O Diretorio Regional da Liga de Defesa Nacional convida o povo de Florianópolis para o comício que se realizará no dia 22 do corrente (terça-feira), às 17,30, na Praça 15 de Novembro em frente à catedral metropolitana, em comemoração ao 2 aniversário do reconhecimento pelo Brasil do estado de beligerância que lhe foi imposto por nações do eixo. [sic]

Os Expedientes do DEIP/SC são fonte ímpar para a investigação do momento vivido por Santa Catarina, em pleno transcurso da Segunda Guerra e do Estado Novo. Estes documentos permitem vislumbrar o funcionamento do órgão, o cotidiano da cidade, a guerra, a política nacionalização, as relações internacionais, a economia, a produção cultural, o desenvolvimento da comunicação social, entre tantos outros temas.

Referências

AZEVEDO, Cecília. A América Latina em foco: política externa e debates intelectuais nos Estados Unidos. In: ALMEIDA, Maria Regina Celestino; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca et all (orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Terra da liberdade**. Curitiba: Editora Guairá Ltda, 1944.

Decreto-lei n.º 1.915 de 27 de dezembro de 1939. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=19204&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em 12 mar 2011.

Decreto-lei n. 2.557 de 4 de setembro de 1940. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=84012&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 12 mar 2011.

Decreto-lei n. 7.582 de 25 de maio de 1945. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=26721&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 12 mar 2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Legislação estadual**. Coleção de decretos-leis, decretos, resoluções e portarias. Imprensa Oficial do Estado, janeiro a junho de 1941.

EXPEDIENTE DO “DEIP” 2º Trim. 1942. **Palácio do Governo**.

EXPEDIENTE DO “DEIP” 3º Trim. 1942. **Palácio do Governo**.

EXPEDIENTE DO “DEIP” 4º Trim. 1942. **Palácio do Governo**.

EXPEDIENTE DO “DEIP” 2º Trim. 1943. **Palácio do Governo**.

EXPEDIENTE DO “DEIP” 3º Trim. 1943. **Palácio do Governo**.

EXPEDIENTE DO “DEIP” 4º Trim. 1943. **Palácio do Governo**.

EXPEDIENTE DO “DEIP” 1º Trim. 1944. **Palácio do Governo**.

EXPEDIENTE DO “DEIP” 3º Trim. 1944. **Palácio do Governo**.

EXPEDIENTE DO “DEIP” 4º Trim. 1944. **Palácio do Governo**.

EXPEDIENTE DO “DEIP” 2º Trim. 1945. **Palácio do Governo**.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra:** cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Ed. da Univali, 2005, 533p.

FREIRE, Maline. **Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina** - “DEIP” (1942-1945): um órgão a serviço do Estado. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial** – Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

MOURA, Gerson. **O tio Sam chega ao Brasil:** a penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **Oswaldo R. Cabral:** páginas de um livro de memórias. Florianópolis: Editora da UFSC/UDESC, 1993.